

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO
AVN N° 4/2013
EM 07.02.2013

AVN 4/2013

A Comissão Mista de Planos,
Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Em _____/_____/_____

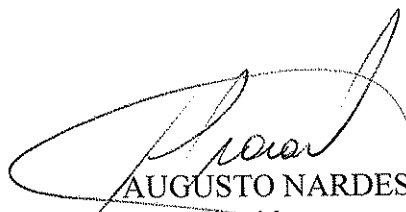
Aviso n° 47 -GP/TCU

Brasília, 29 de janeiro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atendimento ao art. 118 da Lei n° 12.465, de 12 de agosto de 2011, c/c o art. 5°, inciso I, da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal de Contas da União, referente ao 3° quadrimestre do exercício de 2012, publicado no Diário Oficial da União n° 18, de 25/01/2013, Seção I, página 91.

Respeitosamente,


AUGUSTO NARDES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Senado Federal
Protocolo Legislativo
AVN n° 04/2013
Fis. 01

Recobi
Em 30/01/2013 - 15:06
André Augusto Sak
Matr. 222420

✓
30.01.13



11 a 13/12 - Participou do Curso de Direito Sindical, como Vice-Coordenador da CONALIS, em Salvador - BA.
 FRANCISCO JOSE PARENTE VASCONCELOS JÚNIOR: 3 a 23/12 - Férias.
 GEÓRGIA MARIA DA SILVEIRA ARAGÃO: 11/12 - Proferiu Palestra no II Seminário Cearense de Saúde Mental e Trabalho, em Fortaleza-CE.
 18/12 - I Workshop do Programa Trabalho Seguro - Representante do MPT.
 JULIANA SOMBRA PEIXOTO GARCIA: 3/12 - Reunião de Procuradores Chefes, em Brasília - DF.
 17 a 19/12 - Férias.
 LORENA BRANDÃO LANDIM CAMAROTTI: 20/8/2012 a 15/02/2013 - Licença Maternidade.
 MARIANA FERRER CARVALHO ROLIM: 7/5 a 21/11/12 - Licença Maternidade.
 26/11 a 28/12 - Licença-Prêmio.
 RICARDO ARAÚJO COZIER: 30/11 a 19/12 - Férias.
 Última distribuição ordinária de processos em 12/12/2012. Publicação obrigatória de acordo com a Resolução nº 27/97 de 21.05.97 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Fortaleza, 9 de janeiro de 2013.
 JOSE LOPES DE SOUSA JÚNIOR
 Chefe da Seção Processual
 Substituto

NICODEMOS FABRÍCIO MAIA
 Procurador-Chefe

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 29, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a representação apresentada de forma anônima, bem como que dos autos do Procedimento 000779.2012.20.000/0 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (IRREGULARIDADES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO; TRABALHO INFORMAL); resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de GEANE CIBELLE SANTOS BRAZ (nome de fantasia EDITEC - TELEFONIA E SEGURANÇA ELETRÔNICA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.487.405/0001-50).

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 30, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a representação apresentada pelo SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DE SERGIPE - SEESE (CNPJ 86.887.312/0001-84), bem como que dos autos do Procedimento 000783.2012.20.000/9 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (IRREGULARIDADES NA JORNADA DE TRABALHO); resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 31, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a representação apresentada pelo CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE - CORENSE (CNPJ 13.161.344/0001-24), bem como que dos autos do Procedimento 000791.2012.20.000/3 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (IRREGULARIDADES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO; EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO REGULAMENTADA); resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA CECÍLIA LTDA. EPP (CNPJ 32.850.331/0001-07).

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 32, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a representação apresentada por pessoa cuja identidade mantêm-se sob sigilo, visto que a publicidade dos atos pode acarretar prejuízo às investigações, bem como aos direitos da pessoa denunciante, bem como que dos autos do Procedimento 000809.2012.20.000/7 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (DESVIO DE FUNÇÃO; IRREGULARIDADES NA JORNADA DE TRABALHO); resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de CAMEL EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ 05.325.897/0001-47).

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 33, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a representação apresentada de forma anônima, bem como que dos autos do Procedimento 000811.2012.20.000/3 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (TRABALHO INFORMAL; IRREGULARIDADES NA JORNADA DE TRABALHO); resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de XINJI LIN - ME (nome de fantasia METEORO BOLSAS E ACESSÓRIOS, inscrita no CNPJ sob o nº 15.302.142/0001-80).

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1, DE 8 DE JANEIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por seu Promotor de Justiça em ofício na 1ª Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 129, III, da Constituição Federal, 7º, inciso I, da Lei Complementar n. 75/1993 e 19 da Resolução Normativa-PGJ n. 90/2009;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6º, VII, b.), em cujo âmbito se inserem as entidades de interesse social;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório n.º 08190.120753/12-41 foi instaurado com a finalidade de apurar e esclarecer fatos relacionados à captação de recursos pela Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias-ABRACE por intermédio de operadores de telemarketing;

CONSIDERANDO que as diligências realizadas pela equipe técnica desta Promotoria de Justiça estão a revelar a necessidade de aprofundamento nas investigações, com o objetivo de se descobrir qual o real volume de recursos arrecadado pela ABRACE em sua atividade de telemarketing e onde e como estão sendo aplicados tais valores;

CONSIDERANDO, finalmente, que o Ministério Público cabe atuar na fiscalização das entidades de interesse social,

resolve convocar o Procedimento Preparatório n.º

08190.120753/12-41 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, relativamente à ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA ÀS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS PORTADORAS DE CÂNCER E HEMOPATIAS-ABRACE, com o fito de apurar possíveis irregularidades na captação e aplicação dos recursos da entidade, para tanto, determinando, de início:

1. Autuar e registrar esta Portaria;
2. Encaminhar cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;
3. Comunicar à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Civil deste MP/DF a instauração deste Inquérito Civil Público;
4. Cumpridas as providências acima, voltem conclusos os autos.

ROSANA VIEGAS E CARVALHO
 Promotora de Justiça

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 47, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

Approva o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2012, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO NARDES

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2012

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ⁽¹⁾ (Últimos 12 Meses) Liquidadas (a)	RS 1,00
		Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.166.519.518,76	9.705.178,24
Pessoal Ativo	747.592.929,60	9.671.357,53
Pessoal Inativo e Pensionistas	418.626.589,16	33.820,71
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	218.466.846,02	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	9.459.489,02	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tcu.gov.br/portal/contas/contas.html>, pelo código 00012013012500091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Distrito Federal
 Poder Legislativo
 AV. ... 04/12/2013
 Fls. 02



Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	309.007.357,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	948.052.672,74	19.705.178,24
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV = III + IIIb)	957.757.850,98	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	616.933.348.520,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,1552%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4300%	2.652.813.398,64	
LIMITE PRUDENCIAL (8 inciso, art. 22 da LRF) - 0,4085%	2.520.172.728,70	

Fonte: Siafi Gerencial 2012; Portaria nº 026, de 17 de janeiro de 2013 (RCL)

Notas: (1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	RS 1,00 DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Contr.Social S/O Lucro das PJurídicas (51)	28.557,84	0,00	28.557,84
Contr p/ Financ. Da Seguridade Social (53)	-2.776.673,79	0,00	-2.776.673,79
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-2.748.115,95	0,00	-2.748.115,95
Recursos Ordinários (00)	218.193.935,82	41.260.940,58	176.932.995,24
Recursos não-financeiros dir. arrecadados (50)	80,00	0,00	80,00
Fonte a classificar (77)	-3.978,13	0,00	-3.978,13
Recursos Diversos (90)	-75,10	0,00	-75,10
Doações de Entidades Internacionais (95)	67.638,90	0,00	67.638,90
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	218.257.601,49	41.260.940,58	176.996.660,91
TOTAL (III) = (I + II)	215.509.485,54	41.260.940,58	174.248.544,96
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Operacional e Siafi Gerencial 2012

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI Destinação de Recursos	Restos a Pagar				Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do Exercício)	RS 1,00 Empenhos não Liquidados (não inscritos por insuficiência financeira)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Contr.Social S/O Lucro das PJurídicas (51)	0,00	0,00	0,00	0,00	28.557,84	0,00
Contr p/ Financ. Da Seguridade Social (53)	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.776.673,79	0,00
Total dos Recursos Vinculados (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.748.115,95	0,00
Recursos Ordinários (00)	0,00	21.337,86	41.075.560,53	51.038.755,05	176.932.995,24	0,00
Rec.não-fin. diretos arrecadados (50)	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	0,00
Fonte a classificar (77)	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.978,13	0,00
Recursos Diversos (90)	0,00	0,00	0,00	0,00	-75,10	0,00
Doações de Ent. Internacionais (95)	0,00	0,00	0,00	104.900,00	67.638,90	0,00
Total dos Recursos Não Vinculados (II)	0,00	21.337,86	41.075.560,53	51.143.655,05	176.996.660,91	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	0,00	21.337,86	41.075.560,53	51.143.655,05	174.248.544,96	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/antarcidade.html>, pelo código 00012013012500092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
AVN nº 04 10/2013
Fls. 03



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	RS 1,00
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	957.757.850,98	0,1552%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.632.813.398,64	0,4300%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	2.520.172.738,70	0,4085%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	51.143.655,05	173.248.544,96

Fonte: Demonstrativos Despesa com Pessoal, Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar.

Eduardo Monteiro de Rezende
Secretário-Geral de Administração
Eugênio Paccelli de Paula Corrêa
Secretário de Controle Interno
Fernando Pochyly da Costa
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade - em substituição

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 1 (ORDINÁRIA)
Sessão em 29 de janeiro de 2013, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 135/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-023.485/2012-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2011
Responsáveis: Alexandre Broedel Lopes (031.212.717-09) e outros
Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.636/2011-8
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2010
Responsável: Carlos Frederico Santos (159.880.232-15) e outros
Órgão/Entidade: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.363/2008-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Dário de Oliveira Faúza (092.401.008-81)
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Mct
Advogados constituídos nos autos: Eduardo Augusto Matiar, OAB/SP 183.356; Laura Massetto Meyer, OAB/SP 274.845 e outros

TC-042.524/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Domingus Rodrigues Pandelo Junior (054.977.138-74) e outros
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há

TC-042.554/2012-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anete Maria Cremasco (421.239.927-04) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-042.558/2012-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Carlos Borges (212.404.426-53) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-042.563/2012-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ailton Carlos Rodrigues Cota (230.065.526-87) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-042.626/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aurelina Pereira dos Santos (030.894.282-53) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Roraima
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-043.040/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Maria de Melo Ribeiro (887.914.402-20) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-044.253/2012-5
Natureza: Representação
Interessado: Luis Pirajá de Oliveira Rosa (007.222.436-34)
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.170/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Gomes Faria (874.232.511-00) e outros
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Justiça
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.187/2012-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Revoredo Martins (306.877.798-47) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.188/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Taise Campanini (041.950.209-21) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.199/2012-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aquila Pinto Pereira (830.895.270-49) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.200/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cyro Guilherme Badaro de Sousa (102.779.667-28) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.202/2012-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flavio Rodrigo Reis Branco (772.666.492-91) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.203/2012-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Izabel Helena Barbalho Barreto de Freitas (054.499.754-90) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.207/2012-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Sérgio Marangoni (069.672.638-62) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.208/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rogério Fernandes (062.577.998-30) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.209/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vanderson Bruno Gonçalves (104.175.877-40) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.212/2012-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dayana Meirelles de Oliveira (122.487.257-60) e outros
Órgão/Entidade: Casa da Moeda do Brasil - MF Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-045.214/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcela Chamon Dogado (102.391.747-55) e outros
Órgão/Entidade: Casa da Moeda do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.217/2012-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Valécia Pereira de Carvalho (080.789.377-33) e outros
Órgão/Entidade: Casa da Moeda do Brasil - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.525/2012-9
Natureza: Representação
Interessado: Construtora Leon Sousa Ltda. (09.171.533/0091-000)
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
TC-002.713/2004-9
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Recorrente: Marly Dias Pereira, sucessora de Lauro Pereira Junior (259.444.957-15)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.745/2011-9
Natureza: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal 1º Região (DF-AC-AP-AM-BA-GO-MA-MT-MG-PA-PI-RO-RR-TO)
Interessado: Joaquim Jacintho (006.636.204-06)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.326/2007-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão: Ministério dos Transportes
Interessados: José Vieira de Santana e outros
Advogado constituído nos autos: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/abarc/entidade.html>, pelo código 00012013012500093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
AVN nº 04/2013
Fls. 04

PORTARIA-TCU Nº 47, DE 24 DE JANEIRO DE 2013.


Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2012, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


AUGUSTO NARDES



ANEXO
UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ⁽¹⁾ (Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.166.519.518,76	9.705.178,24
Pessoal Ativo	747.892.929,60	9.671.357,53
Pessoal Inativo e Pensionistas	418.626.589,16	33.820,71
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	218.466.846,02	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	9.459.489,02	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	209.007.357,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	948.052.672,74	9.705.178,24
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV = IIIa + IIIb)	957.757.850,98	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	616.933.348.520,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,1552 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4300%	2.652.813.398,64
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085%	2.520.172.728,70

Fonte: Sifaf Gerencial 2012; Portaria nº 026, de 17 de janeiro de 2013 (RCL)

Notas: (1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

[Handwritten signatures and initials]

Senado Federal
Protocolo Legislativo
AVN nº 04/12013
Fls. 06



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF – Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Contr.Social S/O Lucro das P.Jurídicas (51)	28.557,84	0,00	28.557,84
Contr p/ Financ. Da Seguridade Social (53)	-2.776.673,79	0,00	-2.776.673,79
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-2.748.115,95	0,00	-2.748.115,95
Recursos Ordinários (00)	218.193.935,82	41.260.940,58	176.932.995,24
Recursos não-financeiros dir. arrecadados (50)	80,00	0,00	80,00
Fonte a classificar (77)	-3.978,13	0,00	-3.978,13
Recursos Diversos (90)	-75,10	0,00	-75,10
Doações de Entidades Internacionais (95)	67.638,90	0,00	67.638,90
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	218.257.601,49	41.260.940,58	176.996.660,91
TOTAL (III) = (I + II)	215.509.485,54	41.260.940,58	174.248.544,96
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Operacional e Siafi Gerencial 2012

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
AVN nº 041/2013
Fls. 07



UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$ 1,00

Destinação de Recursos	Restos a Pagar				Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em restos a pagar Não Processados do Exercício)	Empenhos não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Contr.Social S/O Lucro das P.Jurídicas (51)	0,00	0,00	0,00	0,00	28.557,84	0,00
Contr p/ Financ. Da Seguridade Social (53)	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.776.673,79	0,00
Total dos Recursos Vinculados (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.748.115,95	0,00
Recursos Ordinários (00)	0,00	21.337,86	41.075.560,53	51.038.755,05	176.932.995,24	0,00
Rec.não-fin. diret.arrecadados (50)	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	0,00
Fonte a classificar (77)	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.978,13	0,00
Recursos Diversos (90)	0,00	0,00	0,00	0,00	-75,10	0,00
Doações de Ent. Internacionais (95)	0,00	0,00	0,00	104.900,00	67.638,90	0,00
Total dos Recursos Não Vinculados (II)	0,00	21.337,86	41.075.560,53	51.143.655,05	176.996.660,91	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	0,00	21.337,86	41.075.560,53	51.143.655,05	174.248.544,96	0,00

Fonte: Siafi Operacional e Siafi Gerencial 2012

Em
Q

Senado Federal
Protocolo Legislativo
AVN nº 04/12/2013
Fls. 08



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2012

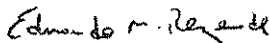
LRF, art. 48 – Anexo VII

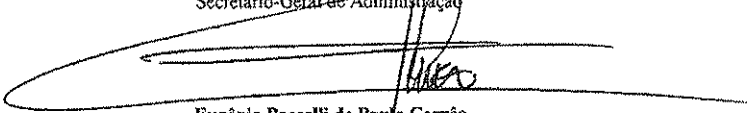
R\$ 1,00


DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	957.757.850,98	0,1552%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.652.813.398,64	0,4300%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	2.520.172.728,70	0,4085%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	51.143.655,05	174.248.544,96

Fonte: Demonstrativos Despesa com Pessoal, Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar.


Eduardo Monteiro de Rezende
Secretário-Geral de Administração


Eugênio Paccelli de Paula Corrêa
Secretário de Controle Interno


Fernando Pochyly da Costa
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade – em substituição

Senado Federal
Protocolo Legislativo
AVN nº 04 102013
Fls. 09 